



Senado aprova criação de nova agência de extensão rural

Anater vai promover incorporação de inovações tecnológicas para os produtores rurais integrada a órgãos de pesquisa

O Senado aprovou ontem a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), com a qual o Executivo pretende melhorar a renda e promover o desenvolvimento rural sustentável. O projeto, que foi à sanção, sofreu críticas da oposição. **5**



Renan Calheiros (E) preside sessão do Congresso para exame de vetos a projetos aprovados pelos parlamentares

Moreira Moutz/Agência Senado

Resultado da votação de vetos será divulgado hoje

Senadores e deputados concluíram ontem às 21h40 a análise de seis vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos aprovados pelo Congresso, incluindo o porte de arma para agentes prisionais. Urnas lacradas foram encaminhadas à Secretaria Especial de Informática do Senado. **12**

Região Sul deverá receber R\$ 974 milhões para energia 4

LDO volta a ser examinada hoje por senadores e deputados 4

Vai à Câmara universalização do acesso a bibliotecas 9

Anulação da sessão que depôs Jango deve ser votada hoje 12

Plenário pode analisar minirreforma eleitoral 3

Exame da PEC do Voto Aberto será concluído em segundo turno 3

Proposta que prevê tipificação do feminicídio recebe elogios 11

Ministra detalha Fórum de Direitos Humanos 7



Estudantes do Projeto Jovem Senador com pavilhões dos estados: execução de hinos e hasteamento da bandeira

Jane de Araújo/Agência Senado

Anatel diz que telefônicas vão custear migração para o 4G 6

Avança projeto que exige exame de proficiência médica 10

Relator entrega parecer sobre Plano Nacional de Educação 8

Evento cívico marca o Dia da Bandeira

Com a presença de estudantes do Distrito Federal, autoridades e cidadãos, o Congresso Nacional promoveu ontem um ato cívico em comemoração ao Dia da Bandeira. Militares da Marinha apresentaram as bandeiras históricas e os

27 jovens senadores de 2013 levaram as bandeiras dos estados. Houve execução do Hino Nacional e do Hino à Bandeira e hasteamento da bandeira pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e o vice-presidente da Câmara, André Vargas. **2**

18 a 21 de novembro
A formação dos profissionais do cuidar e a construção da resiliência

6ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz

SENADO FEDERAL

Bandeira Nacional, instituída em 19 de novembro de 1889, recebe anualmente homenagem do Congresso, que quer estimular o sentimento patriótico e o conhecimento do símbolo



Bandeira Nacional gigante foi erguida no gramado do Congresso, com ajuda de veículos militares, na cerimônia de ontem

Congresso celebra Dia da Bandeira com ato cívico

COM A PRESENÇA de estudantes de escolas públicas e particulares do Distrito Federal, autoridades e cidadãos, o Congresso Nacional promoveu ontem um ato cívico em comemoração ao Dia da Bandeira.

A solenidade foi iniciada quando militares da Marinha apresentaram as bandeiras históricas do país. Em seguida, oficiais, acompanhados dos 27 estudantes que participam do Projeto Jovem Senador 2013, levaram as bandeiras dos estados, na ordem de criação, do Salão Negro até a calçada em frente ao Congresso.

Ao som do Hino Nacional e do Hino à Bandeira — executados pela Banda do Batalhão da Guarda Presidencial, acompanhada pelos Corais do Senado Federal e do Colégio Militar

de Brasília — o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o vice-presidente da Câmara, deputado André Vargas, hastearam duas bandeiras nacionais, cada um em frente à respectiva Casa legislativa.

Após o hasteamento das bandeiras, a equipe do pelotão de motociclistas da Companhia de Polícia do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha fez uma demonstração para o público.

O Dia da Bandeira foi instituído em 1889, sendo celebrado quatro dias após a Proclamação da República (15 de novembro). Essa cerimônia, realizada anualmente pelo Congresso Nacional, tem o objetivo de estimular o sentimento patriótico e o conhecimento da Bandeira brasileira.

— É uma satisfação muito

grande estar aqui fazendo a nossa parte e cumprindo o nosso papel — comentou Renan Calheiros.

Também acompanharam a solenidade parlamentares, representantes das Forças Armadas, servidores do Senado e da Câmara dos Deputados.

A Bandeira foi institucionalizada pelo Decreto 4/1889, do então Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, de 19 de novembro de 1889. Ela foi projetada por Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos. O desenho foi feito por Décio Vilares e a inspiração veio da bandeira do Império, desenhada pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, com o círculo azul com a frase “Ordem e Progresso” no lugar da coroa imperial.

Inaugurada mostra de redações do Projeto Jovem Senador

O Senado inaugurou ontem a exposição *Jovem Senador 2013*. A mostra traz as redações dos 27 vencedores do Concurso de Redação do Senado, que nesta semana exercem um mandato simulado de senador, representando os estados. O tema do concurso foi “Buscar voz para ter vez: cidadania, democracia e participação”.

Na abertura, o presidente da Comissão Projeto Jovem Senador, Paulo Davim (PV-RN), lembrou que projeto de lei originado no programa e relatado por ele foi aprovado e tramita na Casa. O senador disse que espera relatar projetos sugeridos pelos jovens em 2013 e incentivou a busca de afinidades e a união para alcançar objetivos.

Também participaram da abertura a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, o diretor-geral, Helder Rebouças, e o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Davi Emerich.

Jovens senadores começam a debater projetos em comissões

Os jovens senadores começaram ontem a simular a atividade legislativa. Os 27 estudantes — um de cada estado e do Distrito Federal — foram divididos em três comissões temáticas: Assuntos Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação e Meio Ambiente e Direitos Humanos, onde debaterão propostas que serão examinadas em sessão plenária do Jovem Senador.

As propostas apresentadas pelos estudantes serão encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos (CDH) e, se aprovadas pelos senadores, passarão a tramitar no Senado como projeto de lei da CDH.

Os jovens senadores têm assessoramento de técnicos e consultores do Senado.

Os jovens senadores foram classificados no 6º Concurso de Redação do Programa Senado Jovem Brasileiro e tomaram posse na segunda-feira, em sessão específica.

Renan: projeto com estudantes estimula o exercício da cidadania

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita dos jovens senadores e destacou a importância do programa, que classificou como um estímulo ao exercício da cidadania.

— Ao acolher anualmente 27 jovens que se destacaram em seus estados com suas redações, estamos abrindo oportunidades para que possamos juntos encontrar os melhores caminhos e soluções para o nosso país — afirmou Renan.

Os 27 estudantes foram classificados no 6º Concurso de Redação que o Senado promove em escolas públicas de todo o país para o Programa Senado Jovem Brasileiro.

Antes de se encontrarem com o presidente do Senado, os estudantes participaram de ato cívico em comemoração ao Dia da Bandeira. Eles carregaram as bandeiras dos respectivos estados, acompanhados de oficiais da Marinha.

Moka pede solução em conflito por terras em Mato Grosso do Sul

Waldemir Moka (PMDB-MS) se disse perplexo, ontem, com o agravamento do conflito de terras entre produtores rurais e índios em Mato Grosso do Sul. Ele defendeu

os agricultores e atribuiu a situação à falta de credibilidade do governo federal.

O senador registrou a invasão de fazendeiros na sede da Funai em Campo Grande, em protesto contra invasões de terras por índios. Moka disse que o governo precisa buscar uma solução, temendo que o crescimento do conflito



Moreira Moriz/Agência Senado

resulte em enfrentamento violento.

— As propriedades estão invadidas, os produtores estão fora de suas propriedades. E, o pior de tudo, continuam sucessivas invasões.

O senador também lembrou os sete anos da morte do ex-presidente do Senado Ramez Tebet, falecido em 17 de novembro de 2006. Além de senador, Tebet foi deputado estadual constituinte, superintendente da Sudeco e ministro da Integração no governo Fernando Henrique Cardoso.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO **Minirreforma e voto aberto**

14h Entre as matérias na pauta de hoje, estão a PEC do Voto Aberto e a minirreforma eleitoral.

PRESIDÊNCIA **República Tcheca**

11h O senador Renan Calheiros recebe o presidente do Senado da República Tcheca, Milan Stech, e às 16h, preside a ordem do dia.

CI **Ministro da Integração**

7h30 O ministro da Integração, Francisco Teixeira, é o convidado da audiência pública sobre ações de combate à seca. Em seguida, a comissão analisa a indicação de Reive Barros dos Santos para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

CDH **Mediação para crianças**

8h30 Comissão analisa projeto que institui medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.

CDR **Tecnologia no semiárido**

9h Audiência pública discute a adoção de novas tecnologias produtivas para o semiárido nordestino. O objetivo é buscar soluções de longo prazo que amenizem dificuldades dos produtores rurais.

CAS **Unidades de saúde**

9h Em análise na comissão o projeto que torna obrigatória, no Programa Minha Casa, Minha Vida, a observância de parâmetro de cobertura populacional para a implantação de unidades de saúde.

PRIMEIRA INFÂNCIA **Situação de risco**

10h A formação de crianças em situação de risco social é tema de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, com as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais.

CCJ **Número de deputados**

10h Na pauta, projeto que dispõe sobre o número de deputados federais e fixa a representação por estado e pelo Distrito Federal para a legislatura 2015–2019.

CMO **Créditos para ministérios**

10h Reunião da Comissão Mista de Orçamento para votação de projetos que autorizam créditos para órgãos públicos e ministérios.

CONSTITUIÇÃO **Crime de terrorismo**

13h Comissão que trata da regulamentação da Constituição analisa relatório sobre crime de terrorismo e as parcelas que não contam para limite remuneratório.

SEGURANÇA **Estrutura da polícia**

14h30 Audiência pública sobre a estrutura da polícia brasileira com a presença, entre outros, da presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, Martha Rocha.

CONGRESSO **Sessão de 1964 e LDO**

20h Votação do projeto que anula a sessão de 1º de abril de 1964, que decretou vaga a Presidência da República, e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **7h30**, audiência pública da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; e, às **10h**, audiência pública conjunta das **Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Jucá é o autor do projeto de minirreforma eleitoral que já tem parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça

Minirreforma eleitoral deve ser votada hoje

Votação prevista para ontem foi adiada devido à ausência de vários líderes partidários em Plenário. Norma que limita contratação de cabos eleitorais é um dos pontos que ainda gera polêmica

FOI ADIADA PARA hoje a votação da minirreforma eleitoral (PLS 441/2012), de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), a pedido de vários senadores que se queixaram da ausência da maioria dos líderes em Plenário ontem. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que não se sentia à vontade para apreciar matéria dessa importância sem a presença do líder Wellington Dias (PI).

O texto — que recebeu parecer favorável da Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, onde teve como relator o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) — deve ser aprovado. Será votado um destaque que atende os senadores Humberto Costa (PT-PE), José Agripino (DEM-RN) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). PT e oposição se posicionaram pelo retorno do artigo 100-A, emenda da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), que diz respeito a limite para a contratação de cabos eleitorais.

Um dos pontos polêmicos do projeto que estabelece normas para reduzir o tempo e diminuir o custo das campanhas políticas, o artigo 100-A determina que em municípios com até 30 mil eleitores, o número de cabos eleitorais não excederá a 1% do eleitorado. Nos demais municípios e no Distrito Federal, corresponderá ao número máximo, acrescido de duas contratações para cada 2 mil eleitores que excederem o número de 30 mil.

Segundo turno da PEC do Voto Aberto fica para sessão de hoje

O Senado adiou para hoje a votação, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que proíbe qualquer tipo de voto secreto no Poder Legislativo.

O adiamento foi proposto pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, em função do baixo quórum de senadores, pois muitos participavam da reunião do Conselho Político no Palácio do Planalto.

Além disso, segundo Paulo Paim (PT-RS), há vários senadores em missão oficial.

— Está difícil obter 49 votos para quem defende o voto

aberto em todas as situações e também para quem quer restringir a determinados casos — constatou.

Segundo a PEC 43/2013, a proibição de votos secretos vale tanto para as possibilidades estabelecidas atualmente na Constituição quanto para as que são determinadas pelos regimentos internos das Casas legislativas.

A emenda foi aprovada em primeiro turno na última quarta-feira. Foram 54 votos favoráveis, 10 contrários e 1 abstenção.

Cidadãos já podem opinar sobre projetos, assinala Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou em Plenário ontem que o cidadão já pode se manifestar sobre projetos em tramitação.

— O internauta pode se manifestar sobre cada projeto e também sobre relatórios referentes às propostas — disse, referindo-se ao Opine sobre Projetos, ferramenta lançada na semana passada.

Para participar, o cidadão deve fazer um cadastro no Portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania). A busca pela proposta pode

ser feita por palavra-chave ou pelo tipo (projeto de lei, Proposta de Emenda à Constituição e outros), número e ano do projeto.

O Opine ficará em teste por 30 dias, quando serão disponibilizados os textos iniciais das proposições e os relatórios, período em que os cidadãos também poderão sugerir melhorias pelo e-mail ecidadania@senado.leg.br.

Leia o Especial Cidadania de ontem sobre o Opine sobre projetos: <http://bit.ly/EC453>



Casildo ressaltou que o encontro vai além do debate do cenário eleitoral de 2014

Casildo anuncia encontro para debater futuro do PMDB em Santa Catarina

Casildo Maldaner (PMDB-SC) informou que o partido vai realizar convenções nos 295 municípios de Santa Catarina no próximo final de semana. Segundo ele, serão reestruturados os diretórios municipais do partido.

O parlamentar acrescentou que o debate é salutar, mas não deve envolver as atividades dos que têm mandato e devem cumprir suas missões. Segundo explicou o senador, o PMDB dará continuidade ao seu projeto político no estado e vai discutir no encontro se seguirá sozinho ou em parceria com outros partidos.

Casildo destacou que o encontro vai além de uma oportunidade para debater o cenário eleitoral do próximo ano, “já que a participação política é o fundamento da própria sociedade”.

— A participação política é o caminho para os avanços sociais e econômicos. Cabe a nós, representantes públicos, com postura e ações, revitalizarmos sua importância — disse.



Jarbas espera providências do Ministério Público sobre antecipação de campanha de Dilma

Jarbas Vasconcelos acusa Dilma de fazer campanha eleitoral antecipada

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) acusou ontem a presidente Dilma Rousseff de estar fazendo campanha eleitoral antecipada, sem que o Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério Público Eleitoral tomem providências.

Como exemplo dessa antecipação, Jarbas Vasconcelos relatou que a presidente foi, no feriado de 15 de novembro, a um evento de um partido da base governista em São Paulo, em avião oficial e acompanhada de servidores públicos.

Ele ainda destacou que, segundo a revista *Veja*, no início de dezembro ocorrerá um grande evento no Palácio do Planalto para a assinatura dos contratos com as empresas que vão explorar o petróleo do pré-sal do Campo de Libra. E esse evento, completou Jarbas, é tratado pelo marqueteiro da presidente como primeiro ato da campanha da presidente Dilma.

— Se isso não é campanha eleitoral, não sei mais o que é — contestou.



Senador petista citou críticas do ministro Marco Aurélio ao presidente do Supremo

Viana questiona envio de condenados a Brasília e lembra mensalão tucano

Jorge Viana (PT-AC) citou declarações do ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), questionando o envio dos condenados pelo processo do mensalão a Brasília e a manutenção em regime fechado de presos com direito a semi-aberto.

Ele lamentou que, na mais alta corte de Justiça do país, “não se tenha o adequado cumprimento da lei” exatamente na hora do recolhimento dos acusados à prisão.

— O Supremo comete uma ilegalidade, e o país não fala nada? E o Senado não fala nada? É isso que estou questionando. Se o Presidente do Supremo pode agir fora do que estabelece a Constituição, e os outros juízes deste país? — indagou.

Viana criticou também o fato de o STF ainda não ter julgado o mensalão do PSDB de Minas Gerais.

— Começou cinco anos antes. Os personagens são os mesmos, mas a condução, completamente diferente.



Senador tucano criticou a retirada de apoio que impediu a criação de comissão de inquérito

Mário Couto elogia julgamento do mensalão e volta a cobrar CPI da CBF

Mário Couto (PSDB-PA) elogiou ontem o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, pela condução da Ação 470, o processo do mensalão. Mesmo assim, o parlamentar criticou o que considera tratamento privilegiado que políticos do PT estariam recebendo na prisão.

— Alguns que não pertencem à elite do PT foram condenados à prisão verdadeira [regime fechado]. Os que pertenciam à elite, não; estes não podem ficar presos — ironizou.

O senador disse esperar que o resultado do julgamento sirva de exemplo para o país e que novos casos de corrupção sejam investigados e punidos.

Por isso, Mário Couto criticou os parlamentares que retiraram a assinatura do pedido de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias de irregularidades no âmbito da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), impedindo sua instalação.



Sob presidência de Lobão Filho (2º à dir.), a Comissão Mista de Orçamento aprovou oito projetos de créditos adicionais

R\$ 974 milhões do Orçamento devem ir para energia do Sul

Crédito adicional para ampliar o sistema de transmissão na região reúne a maior parte dos recursos da União entre os oito projetos aprovados ontem em comissão que seguem para o Plenário do Congresso

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem oito projetos de créditos adicionais, num total de R\$ 2,09 bilhões, que seguem agora para análise do Plenário do Congresso. Segundo o PLN 11/2013, a maioria dos recursos (R\$ 974 milhões) será destinada à ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica na Região Sul por empresas da Eletrobras.

Serão R\$ 545 milhões para a Transmissora Sul Litorânea de Energia, que atende Santa Catarina, e R\$ 429 milhões para a Transmissora Sul Brasileira de Energia, com linhas no Rio Grande do Sul. Para viabilizar as obras, serão usados R\$ 557 milhões de operações de crédito de longo prazo. Outros R\$ 10 milhões vão adequar o pátio de manobras do Porto de Salvador.

Outra proposta (PLN 36/2013) destina R\$ 640 milhões a empresas do Grupo Petrobras. Só para implantar o gasoduto de escoamento de gás natural da camada pré-sal para processamento no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), irão R\$ 377 milhões. Mais R\$ 48 milhões serão usados para implantar centro de processamento de dados e R\$ 42 milhões serão aplicados em dutos para transporte de gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha, no interior de São Paulo. As medidas serão financiadas por geração própria de recursos do Ministério de Minas e Energia. Segundo o relator, Wilder Moraes (DEMGO), isso vai permitir investimentos na produção de óleo nos campos do pré-sal.

O Ministério do Trabalho receberá R\$ 140 milhões para controle e monitoramento das aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de acordo com outro projeto (PLN 23/2013) aprovado. Entre os cancelamentos para viabilizar o dinheiro, estão R\$ 118 milhões do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

A comissão aprovou outros cinco projetos. O PLN 35/2013 abre crédito especial de R\$ 65 milhões para a Secretaria de Portos. O dinheiro será usado para preparar o Canal das Flechas, no Rio de Janeiro, para ampliação da movimentação de embarcações. O PLN 14/2013 destina R\$ 64,7 milhões para o Fundo Nacional de Saúde. O PLN 28/2013 libera R\$ 27 milhões para o Ministério da Agricultura ampliar laboratórios agropecuários e

concluir a sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em Palmas. O PLN 39/2013 libera R\$ 17,6 milhões para o Ministério do Desenvolvimento Social desapropriar 22 mil hectares para regularizar territórios quilombolas com mais de mil famílias. E o PLN 21/2013 abre crédito de R\$ 10 milhões para otimização energética do edifício-sede do Ministério de Minas e Energia.

(Da Agência Câmara)

Lei de Diretrizes Orçamentárias será votada hoje em Plenário

A votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 foi transferida para as 20h de hoje. O adiamento foi decidido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, depois que líderes da oposição ameaçaram obstruir o exame da LDO e do projeto que reduz a meta de superávit primário (PLN 1/2013) deste ano.

O PLN 1 modifica a LDO de 2013 (Lei 12.708/12) para desobrigar a União de cobrir a meta de superávit de estados e municípios, caso eles não consigam alcançar o esperado até o fim do ano.

Na Câmara, a ministra de

Relações Institucionais, Ideli Salvatti, defendeu a aprovação do projeto. O texto reduz a meta de superávit da União de R\$ 155,8 bilhões para R\$ 108 bilhões. A diferença de R\$ 47,8 bilhões é o resultado esperado de estados e municípios. Segundo Ideli, até setembro deste ano, os entes não haviam alcançado R\$ 20 bilhões de superávit.

Ideli descartou a possibilidade de descumprimento da meta da União, mesmo que o PLN 1 não seja aprovado até o fim do ano.

— O superávit da União está sendo e será rigorosamente cumprido — afirmou.

Exame do relatório preliminar do Orçamento também foi adiado

Foi adiada para hoje a votação do relatório preliminar do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2014 (PLN 9/2013) na CMO. O anúncio foi feito pelo presidente da CMO, senador Lobão Filho (PMDB-MA). O parecer estabelece que cada parlamentar terá R\$ 14,68 milhões para apresentar em emendas individuais ao Orçamento de 2014. Antes, haverá uma reunião do relator-geral com os líderes partidários para discutir a votação da proposta e das

76 emendas apresentadas.

A CMO discutiu também o leilão do Campo de Libra, na Bacia de Santos (SP), realizado em outubro. Ao rebater crítica do deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) sobre o processo licitatório ganho com participação de consórcio, Lobão Filho disse que empresas norte-americanas e inglesas teriam deixado de participar do leilão para não haver desconfiança de informações privilegiadas conseguidas após espionagem dos Estados Unidos.

Ministra não quer União obrigada a cobrir superávit de outros entes

A ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, veio ontem à Câmara para defender a aprovação de proposta que desobriga a União de cobrir a meta de superávit dos estados e dos municípios, caso não consigam alcançar o valor esperado até o final do ano (PLN 1/2013).

A proposta modifica a LDO de 2013 e está na pauta do Congresso. O texto reduz a meta de superávit da União de R\$ 155,8



Wilson Dias/ABR

bilhões para R\$ 108 bilhões. A diferença de R\$ 47,8 bilhões é o resultado esperado de estados e municípios. Segundo Ideli, até setembro os entes não haviam alcançado nem mesmo R\$ 20 bilhões de superávit.

— Fazer uma suplementação daquilo que os outros não cumpriram é algo que traria consequências nas finanças do governo federal — argumentou a ministra.

(Da Agência Câmara)

Comissão pede explicações a Ideli sobre uso de helicóptero

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) enviará à ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, solicitação de esclarecimentos sobre o uso de helicóptero da Polícia Rodoviária Federal de Santa Catarina. De acordo com matérias veiculadas na imprensa em outubro, Ideli teria utilizado a aeronave para cumprir agenda institucional, enquanto a prioridade de uso do helicóptero é

atender vítimas de acidentes rodoviários, em parceria com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Constava da pauta da reunião de ontem da CMA requerimento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para que Ideli fosse chamada a explicar o fato pessoalmente, em audiência na comissão. No entanto, por entendimento com o líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI), o convite foi substituído por solicitação de explicações por escrito.

Aloysio: mudança na LDO 2013 desmoraliza contas públicas

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) considerou um “quebra-galho que desmoraliza a contabilidade pública brasileira” a alteração proposta pelo governo na



Lio de Paula/Agência Senado

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013, no momento em que a execução orçamentária está na reta final. O parlamentar lembrou que o projeto (PLN 1/2013) estava na pauta da sessão de ontem do Congresso Nacional, mas a análise foi

adiada para hoje. O senador observou que o objetivo da União é eximir-se da obrigatoriedade de compensar a não realização da meta de resultado pri-

mário prevista para estados e municípios. Em resposta, José Pimentel (PT-CE) observou que as regras atuais não preveem punição para o ente federativo que descumprir a meta, obrigando a União a cobrir os que gastem acima do previsto.

Paim alerta para risco ao trabalhador em licitação

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que entidades patronais do transporte de passageiros e trabalhadores do setor estão preocupados com a licitação que está sendo feita pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Para eles, há o risco de aumento da concentração do mercado, uma vez que serão eliminadas 153 das 207 empresas do setor.

As entidades advertem

que isso vai provocar desemprego em massa de cobradores e motoristas e aumento do preço das passagens.

— Vão enxugar as máquinas e, no fim, quem vai pagar a conta é o trabalhador que vai ficar desempregado e o passageiro que vai pagar mais. Vai ser quase um monopólio. Eu peço à ANTT para que avalie com bastante profundidade essa questão — disse.

Aprovada criação de agência de extensão rural

Proposta pelo Executivo, nova agência será responsável pela promoção de programas de assistência técnica e extensão rural com a incorporação de inovações tecnológicas para os produtores rurais

O SENADO APROVOU ontem o projeto de lei da Câmara (PLC 81/2013) que cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). À nova agência caberá executar políticas nas áreas de extensão rural para aumentar a produtividade, melhorar a renda no meio rural e promover o desenvolvimento sustentável no campo. O projeto seguiu para a sanção presidencial.

A Anater funcionará como um serviço social autônomo, nos moldes do Sistema S. O Executivo fará um contrato de gestão com a agência, no qual serão estipuladas as metas, os prazos e responsabilidades, bem como os critérios para avaliar a utilização dos recursos repassados.

A nova agência deverá promover e coordenar programas de assistência técnica e extensão rural com a incorporação de inovações tecnológicas para os produtores rurais, em integração com órgãos de pesquisa.

Discussão

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) defendeu, em Plenário, a aprovação do projeto. O senador argumentou ser estratégico para o país não apenas criar a Anater, mas fortalecer todo o sistema nacional



Kátia Abreu diz que Anater dará ao pequeno produtor melhor padrão tecnológico

de pesquisa agropecuária.

— Fazendo com que as universidades mais estruturadas possam avançar bastante na pesquisa básica, que a Embrapa possa desenvolver tecnologia e também resgatar as organizações estaduais de pesquisas — disse.

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), por sua vez, questionou o que levou a presidente Dilma Rousseff a só perceber agora, “às vésperas de uma disputa eleitoral”, a urgência de criar uma nova agência.

— É muito dinheiro e muita gente contratada para exercer uma função que, de alguma forma, já está sendo exercida. Não é de se imaginar que os técnicos da Embrapa, que têm profunda ligação com o mundo real e aos quais o Brasil tem que ser eternamente grato, não

produzam conhecimentos que cheguem aos estados.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) também criticou a proposta. O senador disse que a presidente Dilma precisa ter cautela, uma vez que, ao mesmo tempo em que critica o Congresso Nacional pela criação de novas despesas para a União, “de repente quer uma nova agência”.

Segundo Kátia Abreu (PMDB-TO), no entanto, a proposta não foi feita “às pressas”. A senadora disse que o trabalho para a construção da agência é desenvolvido há dois anos.

— Para criar e restituir ao pequeno produtor um padrão tecnológico para que ele alcance a classe média rural brasileira, assim como os brasileiros da cidade conseguiram alcançar — explicou.

Avança projeto de isenção de ITR em áreas protegidas

Áreas de preservação permanente (APPs) e de reserva legal (RLs) poderão ser excluídas da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Isso é o que prevê o PLS 204/2012, aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A matéria segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De autoria de Vital do Rêgo (PMDB-PB), o projeto modifica o Código Florestal (Lei 12.651/2012) para explicitar que as áreas protegidas e de uso restrito poderão gerar créditos tributários até a totalidade do imposto devido.

Na justificativa, o parlamentar explica que o novo código já prevê a possibilidade de dedução de áreas protegidas do cálculo do ITR, para “contribuintes comprometidos com programas oficiais de preservação ambiental”. O senador quer assegurar o direito de isenção de até 100% do ITR,

premiando, dessa forma, as propriedades ocupadas por mais áreas protegidas.

De acordo com a legislação em vigor, são áreas de preservação permanente aquelas que devem permanecer intocadas, como margens de rios, topos de morros e nascentes. Considera-se reserva legal a área mantida dentro de uma propriedade onde se permite o manejo florestal conforme parâmetros técnicos predefinidos.

Ficou para a próxima reunião da CMA a votação do PLC 55/2013, que determina a criação do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e do Instituto Nacional de Águas, ligados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A relatora, Ana Rita (PT-ES), apresentou voto favorável ao projeto, de autoria de Blairo Maggi (PR-MT). O texto não foi votado por solicitação de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que pediu mais tempo para examinar a matéria.



Eduardo Amorim (D) preside reunião da Comissão de Meio Ambiente



Ana Paula Maciel, do Greenpeace, deve responder processo em liberdade

Renan Calheiros comemora liberdade provisória de ativista brasileira

O presidente do Senado, Renan Calheiros, enviou ontem correspondência à presidente do Conselho da Federação da Assembleia Federal da Rússia, Valentina Matvienko, para manifestar satisfação pela concessão da liberdade provisória à bióloga brasileira Ana Paula Maciel, da organização ambientalista Greenpeace.

Na mensagem, Renan informa estar acompanhando “com expectativa e confiança” a situação da ativista e comunica a nomeação de uma delegação do Congresso encarregada de contribuir para o bom andamento do caso, bem como reforçar as garantias já apresentadas pelo governo.

Renan Calheiros manifesta ainda a Valentina Matvienko, ao Parlamento da Rússia e às demais autoridades envolvidas agradecimento pela atenção já dedicada ao tema e reitera a convicção de que “os laços de cooperação e amizade que unem nossos povos foram cruciais para que Ana Paula responda seu processo em liberdade”.

Banco de dados socioeconômicos agilizará trabalho do Congresso

A partir do dia 27, o Congresso terá um banco próprio de dados socioeconômicos. O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

— Trata-se de uma ferramenta muito importante, que vai agilizar os trabalhos da Casa, uma vez que, sempre

que havia necessidade com relação a esse banco de dados federativos, nós recorriamos ao Ministério da Fazenda — disse o senador.

Segundo Renan, o banco de dados facilitará o trabalho dos parlamentares e permitirá uma votação mais qualificada das matérias legislativas.

Flexa critica concentração de poder na esfera federal

A concentração de poder na esfera federal foi alvo de críticas de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que cobrou uma ampla revisão do pacto federativo. O parlamentar compareceu a evento em Poços de Caldas (MG), no qual lideranças do PSDB defenderam tratamento justo aos estados e municípios.

Flexa avalia que Aécio Neves, pré-candidato tucano à Presidência da República, está capacitado para assumir esse compromisso.

— Somente com a revisão do pacto federativo vamos revigorar o federalismo no país, fortalecendo os demais entes da federação. A União, como todos nós sabemos, fica com 60% de tudo que é arrecadado. Transfere aos estados e municípios, no entanto, obrigações e encargos, mas não repassa verba para cobrir as despesas crescentes — afirmou.

O senador pediu atenção às demandas da população por saúde, educação e segurança e

manifestou apoio à revisão dos juros das dívidas de estados e municípios.



De acordo com o senador, pacto federativo precisa de ampla revisão

Telefônicas vão pagar por migração, diz Anatel

Audiência pública debateu as consequências econômicas da liberação da faixa de 700 megahertz para uso da banda larga 4G. Representantes temem por futuro da TV aberta

TESTES ESTÃO SENDO realizados para verificar possíveis interferências e problemas com o funcionamento da banda larga 4G e da televisão aberta na faixa dos 700 megahertz, e os custos da migração e da proteção serão cobertos pelas empresas de telecomunicações que vencerem os leilões. Foi o que garantiu o presidente em exercício da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Jarbas Valente, em audiência pública ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O novo uso dessa frequência vai ocorrer com a transição da TV analógica para a digital. Atualmente, no Brasil, a faixa de 700 megahertz está ocupada pela televisão aberta, nos canais mais altos, do 52 a 69, em UHF. Com a digitalização, esses canais serão liberados para a prestação de serviços de telecomunicações — telefonia celular, internet e telefonia fixa. Esse sistema é utilizado



Audiência pública interativa na Comissão de Ciência e Tecnologia debate consequências da destinação da faixa de 700 MHz

em larga escala pelo mundo afora, principalmente no Japão, de onde o Brasil vem observando as experiências.

Essa faixa de radiodifusão tem características de propagação mais favoráveis, exigindo, por exemplo, menos antenas, o que reduz custos. O objetivo é aprimorar o serviço de telefonia e permitir a oferta da internet banda larga com velocidades bem mais altas

aos municípios mais distantes. Entretanto, em cerca de mil grandes cidades, a banda larga nessa faixa só poderá ser utilizada com o apagamento total da TV analógica, o que está previsto para 2018. O leilão só ocorrerá com a conclusão dos testes realizados pela Anatel, em parceria com institutos e universidades brasileiras, com a definição dos procedimentos de mitigação de interferências

adequados e do replanejamento dos canais de televisão, explicou Valente. No dia 9 de dezembro, por exemplo, eles serão realizados em Pirenópolis (GO) e, em 2014, em Santa Rita do Sapucaí (MG), acrescentou.

Segurança

Além da telefonia e internet banda larga, a frequência de 700 megahertz será usada

também para o Serviço Limitado Privado (SLP), em aplicações de segurança pública, defesa nacional e infraestrutura, fato comemorado e defendido pelo comandante do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército Brasileiro, general Antonino Guerra.

Segundo afirmou o general, a banda disponível para a transmissão de dados e que vai garantir mobilidade trará respostas mais rápidas, decisões mais seguras e mais informações disponíveis nos centros de comando e controle. Dados e vídeos são essenciais para a eficácia da segurança do cidadão.

— A condenação chega a 90% quando gravadas as ações criminosas — revelou.

A unificação dos órgãos de segurança em uma única faixa de frequência vai permitir a redução do custo da instalação de sistemas, frisou ainda o comandante.

Para representantes, limitação pode comprometer TVs abertas

Dois dos principais problemas apontados pelos representantes das televisões do Brasil dizem respeito ao custo da transferência — em muitos casos o canal precisará mudar de número — e da mitigação das interferências. Eles temem que outros gastos não previstos no edital sobrecarreguem as TVs posteriormente.

Entretanto, durante a audiência pública, o temor pela limitação do crescimento da TV aberta também surgiu.

Com menos banda para dar um salto posterior, as TVs abertas poderiam não conseguir ofertar, por exemplo, a chamada TV 4K, em 3D, que oferece o dobro da resolução do sistema HD, explicou Fernando Ferreira, representante da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra).

— Da forma que está, pelo padrão atual, as emissoras vão morrer com ele, não tem canalização prevista para um padrão mais avançado. E

a gente sabe que tecnologia expira — disse ainda Olímpio Franco, presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET).

População carente

Luis Roberto Antonik, diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), afirmou que a migração é um trabalho complicado de engenharia e também muito delicado do ponto de vista social. Ele pediu

que o Executivo e a Anatel garantam a manutenção do serviço de TV aberta, que é livre e gratuito, a cobertura dos custos de readequação e, principalmente, o acesso da população mais carente ao serviço digital. Para isso, serão necessários antenas e receptores domésticos, o chamado *setup box*, talvez até mesmo subsidiados pelo governo.

— Estimamos que existam no Brasil 110 milhões de receptores domésticos de TV

e apenas 30 milhões têm capacidade de recepção digital — frisou.

Na presidência da reunião, o senador Lobão Filho (PMDB-MA) frisou a necessidade de estudo do tema com profundidade, para que um serviço não interfira no outro, não inviabilize econômica e financeiramente as emissoras de televisão e possa garantir um serviço de telefonia e internet mais barata e de qualidade aos brasileiros.

Mozarildo critica telefonia em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) comentou ontem, em Plenário, os problemas dos serviços de telefonia em seu estado que foram apontados no relatório final da CPI que funcionou na Assembléia Legislativa de Roraima para investigar o assunto.

Mozarildo destacou, entre as conclusões do relatório, a necessidade de suspensão da venda de novas linhas de celulares e o aumento da fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) sobre os serviços prestados.

— Eu pretendo entrar com uma ação judicial contra a Anatel e contra as operadoras de telefone, mas quero pedir a colaboração dos senadores de todos os estados para darmos um basta nesta situação — disse.

Em sua opinião, essa pode ser a única forma de ver os direitos dos consumidores roraimenses respeitados pelas operadoras.



Lia de Paula/Agência Senado

Anteprojeto de Código Comercial é concluído

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o anteprojeto do novo Código Comercial, elaborado por uma comissão de 19 juristas presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça João Otávio Noronha (foto).

O texto contém 1.102 artigos e foi submetido a consulta pública entre 19 de setembro e 18 de outubro, quando recebeu mais de 400 sugestões, algumas delas incorporadas. Renan lembrou que a atualização da lei é fundamental para garantir que o Brasil continue no caminho do desenvolvimento.

— O Código Comercial tem fundamental influência no desenvolvimento. Não é aceitável que o Brasil disponha de uma legislação ultrapassada, fragmentada e burocratizante. Hoje, o que resta do código de 1.850 são normas desconectadas da industrialização, do avanço tecnológico e do mercado de capitais — alertou Renan.



Jonas Pereira/Agência Senado

Texto sobre comércio eletrônico vai a votação

A comissão especial criada para aperfeiçoar o Código de Defesa do Consumidor deve votar hoje o texto final. Se aprovado, o projeto segue ao Plenário. O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), lembrou ontem que o objetivo é adequar o código às mudanças nos hábitos de consumo e aos avanços da tecnologia.

Por isso, explicou, a regulamentação do comércio eletrônico é uma das novidades no texto. Segundo o senador, o setor movimenta R\$ 22 bilhões ao ano e envolve 40 milhões de brasileiros que já compraram pela internet.

— O objetivo foi garantir a segurança jurídica das transações comerciais e a privacidade de dados pessoais — disse.

Ferraço adiantou ainda que o novo texto deve regulamentar o consumo sustentável, obrigando as empresas a fornecerem informações sobre o impacto ambiental dos produtos e seu correto descarte.



Lia de Paula/Agência Senado

Comissão debaterá cancelamento de voos

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) debaterá os projetos que determinam a indenização de passageiros, em caso de cancelamento de voo, e regras para desistência de exploração de linha aérea. Os debates foram sugeridos por Ana Rita (PT-ES), relatora das matérias (PLS 278/2011 e 609/2011), que apresentou substitutivo.

O texto obriga a companhia que cancelar voo a indenizar o passageiro em valor igual à tarifa cheia e reembolsar o bilhete. Também prevê antecedência mínima de três meses para comunicação de desistência de exploração de linha à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o que deixará a empresa impedida de explorar o trecho por dois anos. O debate será realizado em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A comissão também acatou proposta de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) para debater o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional.

Ministra fala sobre Fórum de Direitos Humanos

Brasil realiza em dezembro evento mundial em comemoração aos 65 anos da aprovação pela ONU da Declaração Universal dos Direitos Humanos e já tem mais de 5 mil inscritos, diz Maria do Rosário

O BRASIL QUER marcar posição na celebração dos 65 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos promovendo, de 10 a 13 de dezembro, o Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH), a ser realizado em Brasília. A ministra-chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, apresentou aos senadores da Comissão de Direitos Humanos (CDH) detalhes da organização do evento, que já tem mais de 5 mil inscritos do país e do exterior.

Segundo a ministra, o fórum conta com a parceria de entidades civis e governamentais, unidas na busca da superação da violência, entre outros objetivos.

— A violência é uma das principais chagas do país. Há, em média, 50 mil pessoas assassinadas [por ano]. Temos que trabalhar para uma relação de paz e superação da banalização da vida — defendeu Maria do Rosário.

O evento também deve apresentar o relato de defensores dos direitos humanos que enfrentam violações constantes na luta diária. Eixos de discussão devem abordar as várias formas de violação dos direitos humanos pelo mundo, a relação entre as diferentes culturas e os direitos humanos, os grupos vulneráveis (índigenas, ciganos, quilombolas, homossexuais, negros) que são alvo constante de crimes de ódio e violência e a erradicação do trabalho escravo e infantil.



Paulo Paim e a ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, na CDH

Paulo Paim pede punição para crimes em razão de preconceito

Durante a visita da ministra Maria do Rosário, Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação do substitutivo dele ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006, que criminaliza a homofobia. Para conquistar apoio à proposta, Paim resolveu ampliar o alcance, tratando de todo tipo de preconceito.

— Amanhã, esta comissão terá uma grande oportunidade de apontar que o Brasil poderá se alinhar com a legislação mais moderna em matéria de direitos humanos. Eu gostaria que fosse uma sessão de unanimidade dizendo que, no Brasil, quem perseguir, torturar, assassinar negros, índios, idosos, deficientes, e também pessoas por sua orientação sexual vai ter de responder perante a lei — conclamou Paim.

Maria do Rosário, por sua vez, apelou ao presidente do

Senado, Renan Calheiros, para que coloque em votação a Proposta de Emenda à Constituição do Trabalho Escravo (PEC 57/1999) no Dia da Consciência Negra, comemorado hoje.

Eduardo Suplicy (PT-SP) reforçou a reivindicação da ministra, enquanto Wellington Dias (PT-PI) pediu o apoio do governo para o enfrentamento de crimes virtuais, no que foi respaldado pela presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES) — ela própria vítima de informação falsa veiculada em um blog —, que sugeriu ao governo a realização de uma campanha publicitária focada nos jovens ressaltando que o material postado nas redes sociais não pode ferir os direitos humanos. Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) lamentou que o Congresso esteja “devagar” em coibir abusos praticados pela internet.

Participação popular é necessária à democracia, afirma especialista

Para o fundador da Associação Internacional para a Participação Pública, James Creighton, o poder público, antes de tomar uma decisão de grande impacto, deve levar em conta os valores que a sociedade considera importantes. Em debate ontem sobre participação popular e o futuro da democracia na Comissão Senado do Futuro, ele disse considerar fundamental haver um equilíbrio entre os aspectos técnicos e as alternativas apresentadas pela comunidade que será afetada.

Com 40 anos de experiência, Creighton está acostumado a “fazer ponte” entre políticos e população nos casos polêmicos, como instalação de aterros sanitários, construção de represas ou destinação de resíduos nucleares. Ele defendeu ampla discussão para alcançar os melhores resultados e aumentar a confiança e o envolvimento.

— O público fica comprometido com a decisão, o que reduz custos e prazos e garante mais sustentabilidade — disse.

Creighton apontou o exemplo das agências governamentais que foram compelidas a buscar a participação popular — menos por princípios morais do que como forma de definir melhor os problemas e avaliar as sugestões apresentadas — para garantir que os projetos sejam concluídos.

— No sistema democrático clássico, essa participação popular não estava tão prevista. É uma resposta adaptativa da sociedade para proporcionar essa responsabilização.

A audiência pública foi interativa. Várias pessoas acompanharam o debate pela internet e enviaram perguntas.

Na opinião de Creighton, os políticos têm consciência de que devem recorrer ao público, mas nem sempre sabem como isso deve ser feito. O consultor orienta a melhor maneira: primeiro, a população deve ser informada sobre detalhes técnicos; depois, deve ser ouvida, com criação de grupos consultivos; segue-se então o processo de negociação e, mesmo que não haja consenso, haverá a influência popular na decisão.

Nem sempre é possível consultar a sociedade. Creighton apontou burocracia, orçamento e até questões de jurisdição como empecilhos para a adoção das recomendações da população. Mesmo assim, ressaltou, é necessária a participação popular.

Para Creighton, burocracia e questões de jurisdição muitas vezes impedem a interatividade

Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou as manifestações realizadas em junho e a mobilização da sociedade, principalmente a parcela mais

jovem, pelas redes sociais da internet. Ele destacou a mudança na pauta do Congresso e do Executivo com a pressão das ruas por mais participação nas decisões sobre os rumos do Brasil. O senador lembrou ainda que as ações de governantes e legisladores devem gerar efeitos por muitos anos, pois “as decisões de hoje se refletem nas gerações futuras”.

Na mesma linha de pensamento, Creighton acrescentou que é preciso considerar não só a pressão da população em um determinado momento, mas a criação de dinâmicas que gerem decisões igualmente válidas no futuro.

— Daqui a cinco ou dez anos, o que agora é controverso pode se tornar convencional — disse Creighton.

Osvaldo Sobrinho exalta Dia da Consciência Negra

Osvaldo Sobrinho (PDT-MT) afirmou ontem que o Dia da Consciência Negra é uma oportunidade de o país avaliar os avanços no combate à discriminação racial e os problemas enfrentados pela população negra. Para ele, as políticas com-

pensatórias se mostraram um êxito. No entanto, os negros ainda lideram as estatísticas de vítimas de violência.

— Ainda continua muito áspera e profunda a discriminação ao afrodescendente. Temos que lutar pelo processo educacional, por

todos os meios possíveis para que possamos, de uma vez por todas, eliminar esse tipo de discriminação na sociedade brasileira — afirmou.

O senador afirmou que o exemplo de Zumbi dos Palmares faz com que a escravidão, “um dos maiores crimes já cometidos contra a humanidade”, jamais seja esquecida.



Moreira Mariz/Agência Senado



James Creighton e Cristovam Buarque debatem o futuro da democracia

Lio de Paula/Agência Senado

PRECONCEITO

VIRE ESSA PÁGINA

Senadores parecem ter chegado a um consenso sobre o Plano Nacional de Educação e elogiam o relatório de Alvaro Dias, mas pedem vistas para analisar o texto

Votação do PNE fica para a próxima semana

OS SENADORES DA Comissão de Educação (CE) parecem ter chegado a um consenso sobre o projeto que cria o Plano Nacional de Educação (PNE). O parecer do relator Alvaro Dias (PSDB-PR) foi elogiado por vários senadores de diversos partidos, como Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Ana Rita (PT-ES), Ana Amélia (PP-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Ainda assim, houve pedido de vista coletiva devido ao tamanho do relatório — mais de 60 páginas — e ao fato de ter sido apresentado ontem à tarde. Com isso, a votação do projeto ((PLC 103/2012) foi adiada para a próxima semana.

O presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), disse concordar com o pedido de vista, adiantando que o Ministério da Educação já examinou o relatório porque tem pressa de que a proposta seja aprovada.

— O próprio MEC me pediu que, se [o projeto] fosse aprovado hoje, [era] para colocar em regime de urgência urgentíssima. Quer dizer, pelo crivo



Alvaro Dias apresenta seu relatório de 60 páginas, já analisado pelo Ministério da Educação, que pede sua aprovação

do governo, acredito que foi discutido — afirmou.

O período de vista pode ser usado para a apresentação de novas emendas, o que já foi feito por Cristovam Buarque e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). Alvaro Dias disse que analisará as novas emendas e oferecerá novo parecer na próxima terça-feira. O relator ressaltou que esse deveria ser o assunto mais importante do momento no Congresso.

— Eu espero que, ao final, nós possamos legar ao país um documento construtivo, capaz de superar os gargalos da educação nacional e de promover avanços de qualidade — afirmou.

Randolfe Rodrigues disse que Alvaro Dias entra “pela porta da frente da história da educação brasileira”. Ele celebrou o resgate de vários dispositivos do texto original, como a retomada do prazo

para a União enviar novo PNE e as estratégias de implementação do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) e do Custo Aluno-Qualidade (CAQ).

Ana Amélia elogiou especialmente o aperfeiçoamento da Meta 4, que universaliza o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino. Alvaro Dias

propõe que o sistema educacional deve ser inclusivo, mas que a educação especial oferecida em escolas e serviços especializados precisa ser preservada.

Cristovam Buarque também cumprimentou o relator pelo trabalho e disse que vai votar a favor da proposta. No entanto, ressaltou que o PNE ainda é pouco para o que o Brasil precisa na educação.

— Esse plano vai melhorar, mas não vai dar o salto. Eu não vejo como dar o salto sem que a educação seja federalizada — defendeu.

Cristovam também lamentou o fato de Alvaro Dias não ter diminuído a idade para a alfabetização, estabelecida em 7 anos. O relator disse ter se baseado em especialistas e lembrou que, de acordo com seu relatório, em 5 anos o PNE deve diminuir a idade para 6 anos.

— Todo especialista é cauteloso, a gente é que tem que empurrá-los, arrancar deles o suor para que eles cheguem aonde a gente quer — disse Cristovam.

Relator recuperou parte do texto original da Câmara

O relatório de Alvaro Dias sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) recuperou parte do texto original enviado pela Câmara dos Deputados e modificado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

A Meta 20, por exemplo, voltou à primeira versão, estabelecendo que o investimento público em educação deve ser destinado principalmente ao setor público, permitindo, no entanto, o investimento em escolas comunitárias ou filantrópicas voltadas para a educação infantil e especial, além de investimentos em iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e programas de bolsas de estudos, incluindo o Ciência sem Fronteiras.

O relator incluiu também

sugestões dos convidados das audiências públicas realizadas pela Comissão de Educação, entre elas o reforço do caixa da educação, com o objetivo de alcançar a meta dos 10% do produto interno bruto (PIB).

Alvaro Dias acatou proposta do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que prevê que 50% dos bônus de assinatura dos contratos de exploração do petróleo e gás natural na área do pré-sal sejam destinados ao ensino.

Segundo Alvaro Dias, se essa medida já estivesse em vigor, o leilão do campo de petróleo de Libra teria gerado R\$ 7,5 bilhões adicionais para a educação.

O relatório traz ainda duas novas estratégias para o financiamento do setor: a definição de critérios para a distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação durante a vigência do Plano Nacional de Educação e a aprovação,



Gestores públicos poderão ser responsabilizados por não investir no ensino

em um ano, de lei específica para definir o aumento percentual mínimo dos recursos para educação que os entes federados devem cumprir.

Responsabilidades

O relatório também traz mecanismos de responsabilização para garantir o efetivo cumprimento das metas do PNE. Entre eles, o envolvimento dos Tribunais de Contas da

União dos estados, do DF e dos municípios no acompanhamento da meta de ampliação do investimento público em educação; o condicionamento da assistência financeira federal à elaboração de planos de educação no prazo previsto; e a imputação de crime de responsabilidade à autoridade competente nos casos de não execução da programação orçamentária da educação, salvo

se autorizada pelo respectivo Poder Legislativo, mediante justificativa.

Quanto à Meta 4, que trata dos alunos com deficiência e superdotados, o relatório propõe que o sistema educacional os atenda, mas que a educação especial oferecida em escolas e serviços especializados seja preservada.

O relatório assegura também que as famílias e as pessoas com deficiência sejam ouvidas na definição do atendimento educacional especializado, garantindo a educação em língua brasileira de sinais (Libras) para os surdos. O relatório proíbe a recusa de matrícula de alunos com deficiência no ensino regular.

O relatório também recupera a intenção do projeto original de que a formação inicial docente se dê em nível superior, na respectiva área de atuação.

Alvaro Dias: PNE é fundamental

O senador Alvaro Dias pediu esforço do Senado para que o Plano Nacional de Educação seja aprovado rapidamente, pois considera que o projeto trata de um assunto fundamental para o futuro do país.

— Não é uma proposta de governo, é uma proposta de Estado. É, sim, um estatuto da cidadania; educação

é cidadania. É o estatuto do futuro; educação é futuro — enfatizou.

O senador paranaense cobrou a valorização dos professores, com o estabelecimento de planos de carreira e aumento de salários. Ele ainda defendeu que o agente público que descumprir as metas educacionais sem justificativa deve responder por crime de responsabilidade.

Lídice da Mata elogia relatório

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) destacou vários pontos que considera positivos no relatório do senador Alvaro Dias ao Plano Nacional de Educação. Entre os avanços importantes, Lídice da Mata citou o fato de a idade de 7 anos ser fixada como marco do processo de alfabetização e a valorização do



ensino à distância, bem como a garantia de destinação de mais recursos para o ensino público.

— Destaco a garantia de mais recursos públicos para o ensino público, notadamente no ensino superior. Isso fica claramente amarrado — disse a senadora.

Renato Amujó/ABR



Proposta visa promover a prática da leitura, já que pesquisa revela que brasileiro lê, em média, quatro livros por ano

Projeto incentiva acesso a bibliotecas públicas

Segue para a Câmara proposta que prevê estímulo para que a comunidade, e não apenas estudantes, utilize livros de instituição mantida pela União, estado ou município, ou que receba recursos públicos

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que promove o acesso universal às bibliotecas públicas, não só para estudantes da instituição geralmente responsável pelo acervo, mas também para toda a comunidade. O projeto (PLS 156/2013), de Alfredo Nascimento (PR-AM), segue agora para a Câmara, a menos que haja recurso para votação

no Plenário. O texto tramitou com o PLS 259/2013, também de Nascimento, que define o conceito de biblioteca pública.

De acordo com pesquisa realizada em 2011 pelo Instituto Pró-Livro, o índice de leitura do brasileiro é de quatro livros por ano, em média.

O relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), votou pela aprovação do PLS 156 e pela rejeição do PLS 259, pois a

proposição mais antiga tem precedência sobre a mais recente. Cristovam incorporou o conteúdo do projeto rejeitado na proposta aprovada, por emenda. Pelo projeto, biblioteca pública é instituição mantida integralmente pela União, estado ou município, ou que receba recursos públicos. A definição altera a Lei 10.753/2003, que define a Política Nacional do Livro.

Doping impedirá acesso à bolsa-atleta

A lei que institui a bolsa-atleta pode ser modificada para incluir entre os requisitos a ausência de resultado positivo de exame antidoping nos dois anos mais recentes. Projeto (PLC 91/2012) aprovado ontem em votação final na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aguarda turno suplementar de análise na própria CE.

O texto estabelece que o esportista não pode ter violado regras antidoping que constam na Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes.

O relator, Alvaro Dias (PSDB-SP), apresentou emenda com punição aos bolsistas que violarem as regras antidoping: suspensão da bolsa por prazo igual ao de suspensão da participação em competições. Além disso, ficará impedido de se beneficiar de nova bolsa do Programa Bolsa-Atleta, em caso de reincidência, por dois anos após a condenação. Em qualquer caso, as punições serão lastreadas em decisão da Justiça Desportiva, devidamente transitada em julgado.

A bolsa-atleta foi instituída pelo governo federal em 2004 para apoiar praticantes de esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas. A Lei 10.891/2004, que instituiu o benefício, prevê como requisitos, entre outros, idade mínima de 14 anos; vínculo com entidade de prática desportiva; comprovação de que participou de competição nacional ou internacional no ano anterior; e declaração de patrocínio recebido de pessoas jurídicas, públicas ou privadas.

Alunos poderão deduzir disciplina já cursada



Para Ana Amélia, proposta resolve lacuna na legislação

Os alunos de nível superior poderão deduzir, do custo total do curso, a parcela referente a disciplina não cursada ou já cursada com aprovação, cujos créditos foram aproveitados. É o que determina o Projeto de Lei do Senado (PLS) 314/2012, aprovado ontem

pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), explicou que a proposta modifica a lei em vigor (Lei 9.870/1999), que nada dispõe sobre o tema, abrindo brecha para que instituições de ensino promovam a cobrança.

Estímulo à qualificação de beneficiários do Fies é aprovado

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o projeto (PLS 9/2010) que incentiva estados, municípios e o Distrito Federal a celebrar convênios para a qualificação profissional de beneficiários do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) que não estejam no mercado de trabalho. A matéria deve seguir direto para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso que a leve a Plenário.

A proposta, de Renan Calheiros (PMDB-AL), estabelece uma bolsa qualificação, que poderá chegar a dois salários mínimos por jornada de 40 horas semanais, para atividades nas administrações estaduais e municipais.

Além da renda e do ganho de qualificação, o recém-formado participante terá como benefício o abatimento mensal de 1% do saldo devedor do Fies. O programa, gerido pela Caixa Econômica Federal, financia parte da mensalidade do estudante de universidade particular durante o curso, e o montante financiado é devolvido aos cofres públicos em prestações, após a conclusão.

De acordo com a proposta, a participação nos programas de qualificação será de até 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período, conforme as necessidades da administração. O número de participantes não poderá ultrapassar 20% do total de servidores ativos.

Para o relator, Benedito de Lira (PP-AL), que votou favoravelmente, “os profissionais egressos da educação superior são duplamente beneficiados: de um lado, com a redução de sua dívida junto ao Fies; de outro, com a oportunidade de contato com o mundo do trabalho, importante ao desenvolvimento profissional”, justificou no relatório.



Para Benedito de Lira, projeto dá duplo benefício ao recém-formado

Proposta sobre a meia-entrada será votado na próxima semana

Na pauta da Comissão de Educação de ontem, a votação da proposta que regulamenta a meia-entrada em eventos culturais e esportivos foi adiada por pedido de vista coletiva dos senadores. A matéria, que deve voltar à pauta na próxima semana, é um substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 188/2007, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado em meio a discordâncias.

Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o tema já teria sido esgotado com o Estatuto da Juventude. Mas o ponto que dividiu a CE ontem foi a restrição da concessão da meia-entrada a apenas

40% dos ingressos. Primeiro senador a pedir vista, Paulo Paim (PT-RS) disse que, dessa forma, o projeto tira dos idosos benefício conquistado pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). O relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), prometeu ajustar a proposta.



Vital do Rêgo prometeu mudar o projeto, evitando prejuízo a idosos

CYRO MIRANDA RECEBE PRESIDENTE DO INSTITUTO DE MUSEUS

O presidente da Comissão de Educação, Cyro Miranda (PSDB-GO), disse que vai tentar incluir emenda no Orçamento de 2014 destinando recursos para o Instituto

Brasileiro de Museus (Ibram). Ele recebeu ontem o presidente do instituto, Angelo Oswaldo, e defendeu uma relação mais próxima entre a educação e os museus.

PREVENÇÃO

VIVA COM MAIS SAÚDE

Avança proposta de exame de proficiência em medicina

Na Comissão de Educação, foi aprovado substitutivo do relator, Cyro Miranda, que estabelece duas etapas de avaliação e condiciona o registro apenas à participação do estudante, e não à aprovação

A COMISSÃO DE Educação (CE) aprovou ontem projeto que institui exame nacional de proficiência em medicina como requisito para o exercício da profissão de médico no país. O PLS 217/2004, do ex-senador Tião Viana, segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão final.

O texto original previa que o estudante graduado em Medicina deveria passar por um exame nacional de proficiência para adquirir o registro profissional e exercer a profissão. Após audiências públicas para instruir a proposta, o relator na CE, senador Cyro Miranda (PSDB-GO), apresentou substitutivo ao projeto original. O novo texto estabelece que o exame seja realizado em duas etapas, sendo a primeira ao final do segundo ano curricular e a segunda ao final do curso. E que a aprovação somente seja exigida nos casos de revalidação de diploma estrangeiro, sendo o registro profissional dos demais estudantes condicionado apenas à participação na prova.

Segundo o relator, as modificações possibilitam uma



Para relator, prova deve virar parâmetro para avaliar alunos de Medicina

avaliação de progresso que permita correções durante o processo de formação dos estudantes da área. Além disso, o relator destaca que o exame também poderá servir de parâmetro para avaliação da qualidade dos cursos de graduação em Medicina, pois serão atribuídos conceitos a eles, com base nos resultados obtidos pelos alunos.

O senador Wellington Dias (PT-PI) foi o único contrário à proposição. Segundo ele, a proposta estaria ultrapassada devido ao Programa Mais Médicos, que estabelece um sistema de avaliação permanente.

— O que se está propondo

aqui, eu diria que, considerando a nova sistemática, ficou ultrapassado, que é de colocar apenas uma prova para dizer se você, depois de formado, exerce ou não exerce a medicina — afirmou.

O relator Cyro Miranda, que preside a CE, disse que a proposta não deve interferir no Mais Médicos devido ao tempo que ainda vai levar para tornar-se lei.

— Essa matéria, além da CAS, vai ao Plenário e vai à Câmara. E ela só entra em vigor dois anos após a sua tramitação. Nós temos certeza de que, daqui a três anos, não vai se precisar do Mais Médicos — afirmou.

Aprovada criação da Semana Nacional de Saúde Masculina

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem projeto (PLC 84/2010) que cria a Semana Nacional da Saúde Masculina, em novembro. A proposta segue para sanção caso não haja recurso para votação no Plenário. O texto inicial do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) previa a comemoração na segunda semana de agosto, mas a senadora Ana Amélia (PP-RS) solicitou mudança para novembro, devido à Campanha Novembro Azul, que divulga a importância da prevenção contra o câncer de próstata.

De acordo com o projeto, as autoridades do Sistema Único de Saúde (SUS) devem organizar atividades educativas com associações de especialistas ou entidades públicas. Também devem ser oferecidas demonstrações, consultas, diagnósticos, tratamentos e outros atendimentos médicos a homens.

Texto que prevê assento especial para obeso passa em comissão

Obesos podem ganhar assentos especiais em locais de espetáculos, entretenimento, esportes e no transporte coletivo. É o que determina projeto (PLC 132/2011) aprovado ontem pela Comissão de Educação e Cultura (CE). O texto segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e receberá votação final na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Pela proposta, serão reservados pelo menos 5% dos assentos disponíveis em eventos. No transporte coletivo, não é estabelecido percentual. Segundo o relator na CE, Paulo Paim (PT-RS), o projeto busca “mitigar o constrangimento e o desconforto a que têm sido submetidas as pessoas obesas (...), a exemplo do que já ocorre em relação às pessoas com deficiência motora, auditiva ou visual”.

Frente parlamentar quer ampliar licença-maternidade

Na abertura da 6ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que se realiza no Auditório Petrônio Portella do Senado, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e o deputado Osmar Terra (PMDB-RS), integrantes da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, destacaram as propostas que vêm sendo estudadas para o chamado Marco Legal para a Primeira Infância, a ser apresentado ao Congresso.

Osmar Terra afirmou que o marco deve indicar diretrizes de melhoria da qualidade de vida para crianças de zero a seis anos, fase mais importante na vida de uma pessoa, de acordo com pesquisas. O deputado deixou claro que o poder público não pode continuar negligenciando os professores que atuam na área.

Também deve fazer parte do marco legal a ampliação



Senador integra frente parlamentar que fez parcerias com universidades

da licença-maternidade para um ano, como ocorre nos países escandinavos. O texto está sendo feito com auxílio de cientistas, médicos e psicólogos, que participam da programação. A frente parlamentar já fez parcerias com a Universidades de Harvard, de São Paulo (USP) e de Campinas (Unicamp).

O evento, uma promoção das Comissões de Educação, de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais, segue até quinta-feira.

Colete airbag obrigatório para motociclistas é rejeitado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou ontem a obrigatoriedade do uso de colete e jaqueta infláveis (airbag) para motociclistas, prevista no PLS 404/2012, do senador Humberto Costa (PT-PE). A proposta, que havia sido aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça.

Na CAE, prevaleceu o



relatório do senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP, foto), que reconheceu o mérito da iniciativa, mas considerou excessivo o custo desses equipamentos de proteção — R\$ 1.300.

Além disso, segundo o relator, o projeto não traz a estimativa de impacto orçamentário-financeiro dos benefícios fiscais previstos, uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Acordo estabelece previdência para brasileiros no Canadá

Os brasileiros que trabalham no Canadá e os canadenses que trabalham no Brasil vão ter proteção da Previdência Social em cada um dos países, conforme prevê acordo internacional confirmado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). Se aprovado

pelo Plenário, cerca de 30 mil brasileiros serão beneficiados. A CRE aprovou ainda acordos de cooperação entre Brasil e Polônia na área de defesa, e de isenção de visto nas viagens Brasil-Cingapura, além do aumento do efetivo do Exército Brasileiro em tempos de paz.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Projeto que define o assassinato de mulher por questões de gênero como homicídio qualificado foi considerado um avanço por especialistas ontem em debate na CCJ

Projeto que tipifica feminicídio recebe elogios

O PROJETO DE lei do Senado que cria a figura do feminicídio ou femicídio foi elogiado ontem por todos os participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A reunião foi conduzida por Ana Rita (PT-ES), que pediu a realização do debate sobre o PLS 292/2013, apresentado pela CPI mista que investigou a violência contra a mulher, presidida por ela.

A proposta estabelece o feminicídio como um tipo de homicídio qualificado, configurado quando motivado por questão de gênero, ou seja, quando houver violência doméstica ou familiar, violência sexual, mutilação da vítima ou emprego de tortura. A pena de reclusão prevista pelo Código Penal é de 12 a 30 anos.

A Costa Rica foi a primeira nação a tipificar o crime de feminicídio na América Latina, em 2007, informou a ministra de Justiça e Paz do país, Ana Isabel Garita, que participou do debate na CCJ. Para ela, os homens que praticam esse crime demonstram “ódio e menosprezo” pela vítima e têm “sentimento de propriedade sobre o corpo da mulher”.

Ana Garita elogiou a proposta brasileira por ser até mais específica ao enumerar as situações nas quais a questão de gênero será identificada. Na Costa Rica, o feminicídio ocorre apenas em relações afetivas, mesmo as terminadas.

Ela acrescentou que em apenas sete países latino-americanos existe o feminicídio, sendo que as leis de Guatemala, Nicarágua e El Salvador são as que preveem o maior número de situações.

— O problema mais grave do feminicídio é a impunidade. Na América Central, ela é superior a 90% — pontuou a ministra, que considera a iniciativa importante também



Flávio Caetano (Ministério da Justiça), Ana Garita (ministra da Costa Rica), senadora Ana Rita, juiz Jamilson Campos, Leila Barsted (Cepia) e Sílvia Pimentel (Cedaw)

“como decisão política”, pois demonstrará que o Estado brasileiro “decidiu lutar contra essa ação que tem implicações terríveis na vida das mulheres”.

Além disso, acrescentou Ana Garita, o novo tipo penal facilitará a coleta de dados estatísticos relacionados ao crime, mostrando à população o número real de feminicídios, quantos são solucionados e quantos criminosos são punidos. Esses dados ajudarão as

autoridades de segurança na prevenção, investigação e elaboração de políticas públicas.

Infame e cruel

A jurista Sílvia Pimentel classificou o feminicídio de “crime infame e cruel”. Ela integra o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (Cedaw, na sigla em inglês), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) para o cumprimento da Convenção

para Eliminação da Discriminação contra as Mulheres. Segundo ela, apenas entre as décadas de 80 e 90, a violência contra as mulheres ganhou “explícito reconhecimento na ONU”.

A coordenadora-executiva da ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia), Leila Barsted, elogiou o trabalho da CPI e afirmou ser imprescindível que o Estado desenvolva uma “política

eficaz de combate e enfrentamento da violência contra mulheres”. Segundo Leila, o antigo Código Civil, criado em 1916 e revogado só em 2002, mostrava de maneira clara a “cultura de subalternidade das mulheres”, como mostra o artigo que inocentava o estupro se ele aceitasse se casar com a vítima. Os direitos das mulheres não eram reconhecidos até pouco tempo, disse.

— O que era reconhecida era a subordinação. A cidadania das mulheres no Brasil é uma cidadania tardia, e ainda é de segunda classe — afirmou.

Para ela, as leis do século 19 permanecem “em muitas mentalidades”, como a que previa o direito do homem de matar a mulher adúltera.

— Essa mentalidade ainda está presente, não apenas nos homicidas, mas também naqueles que pensam e falam “alguma coisa ela fez para merecer” — argumentou.

Na opinião de Leila Barsted, o Estado brasileiro ainda acredita que crimes como tráfico de drogas e formação de quadrilha são mais graves que os crimes contra as mulheres. Ela disse que os assassinatos contra mulheres são crimes mal periciados e mal investigados e que os processos e inquéritos ainda estão marcados pela ideia errônea de que o homicídio contra mulheres não tem tanta gravidade.

Uma mulher é morta a cada duas horas no Brasil

O secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Flávio Crocete Caetano, informou durante a reunião da CDH que 43 mil mulheres foram mortas no Brasil nos últimos dez anos.

— Uma mulher é morta a cada duas horas no Brasil — disse Caetano, antes de acrescentar que os números podem ser ainda maiores, pois muitos desses crimes sequer são notificados. De acordo com Caetano, menos de 10% de todos os homicídios no Brasil são investigados e a porcentagem deve ser ainda menor nos casos de assassinatos com vítimas mulheres. O secretário informou ainda que foram registrados 50.617 estupros no país em 2012, número que vem crescendo.

O juiz auxiliar da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá, Jamilson Haddad Campos, afirmou que a maioria dos criminosos tenta justificar a violência em algum aspecto do comportamento da vítima.

Feminicídio poderá ser crime hediondo

O projeto discutido na CCJ muda o artigo 121 do Código Penal, estipulando o feminicídio como o sexto tipo de homicídio qualificado. Além disso, a Lei 8.072/1990 estabelece que todo homicídio qualificado, “consumado ou tentado”, é considerado crime hediondo. E todo aquele que comete crime hediondo não pode obter anistia, graça, indulto ou fiança.

Na opinião de Ana Amélia (PP-RS), a mudança penal “vai completar a Lei Maria da Penha”. De acordo com a senadora, a impunidade ainda é muito grande porque a justiça é ineficiente em muitos desses casos.

Para Ana Rita, com a tipificação do feminicídio a lei reconhece que “mulheres estão sendo mortas pela razão de serem mulheres”, o que evitará que feminicidas sejam “beneficiados por interpretações jurídicas anacrônicas e moralmente inaceitáveis, como a de terem cometido crime passionais”.

Violência contra a mulher negra será tema do Projeto Quintas Femininas amanhã

Mais de 50 mil mulheres foram assassinadas no Brasil entre 2001 e 2011, sendo 61% negras. Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) serão tema

do Projeto Quintas Femininas amanhã, abrindo a campanha 16 Dias de Ativismo de Enfrentamento à Violência de Gênero e em homenagem ao Dia da Consciência Negra.

A pesquisadora Bruna Pereira, do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade de Brasília, apresentará pesquisa que aponta negras como principais

vítimas de violência. A palestra ficará a cargo de Mônica de Oliveira Gomes, diretora da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

O projeto, quinzenal, é iniciativa da Procuradoria da Mulher do Senado, com o apoio da Secretaria da Mulher da Câmara e da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência.

NOVEMBRO AZUL: TROQUE O PRECONCEITO PELA PREVENÇÃO

O câncer de próstata é a segunda causa de morte entre os homens no Brasil, atrás apenas das doenças cardíacas. Por isso o Congresso Nacional apoia e participa do Novembro Azul - campanha mundial de conscientização dos homens para a necessidade da prevenção à doença. O exame de próstata não tira a masculinidade de ninguém e o diagnóstico precoce aumenta muito as chances de cura. Troque o preconceito pela prevenção e viva com mais saúde.

Urnas com os votos de senadores e deputados foram lacradas na noite de ontem e encaminhadas à Secretária de Informática do Senado

Congresso conclui votação de vetos e resultado será conhecido hoje

ÀS 21H40 DE ontem o Congresso concluiu a votação de seis vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos aprovados pelos parlamentares (vetos 38/2013, 39/2013, 40/2013, 41/2013, 42/2013 e 43/2013). As urnas com os votos de senadores e deputados foram lacradas e encaminhadas para apuração pela Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen). Segundo o presidente do Congresso, Renan Calheiros, 397 deputados e 59 senadores votaram.

A sessão foi aberta pelo vice-presidente do Congresso, deputado André Vargas (PT-PR), e em seguida assumida por Renan. A expectativa é de que todos os seis vetos sejam mantidos, por não tratarem de temas polêmicos.

Entre os vetos mais discutidos está o da permissão para que agentes prisionais portem arma fora do local de serviço. A mudança já havia sido vetada por Dilma Rousseff e incluída na MP 615/2013 (PLV 21/2013). A recomendação para o veto foi do Ministério da Justiça, e a presidente alega que a legislação já assegura a possibilidade de porte para defesa pessoal conforme a necessidade de cada agente. Espera-se que o veto seja mantido, já que o Executivo enviou ao Congresso proposta de regulamentação (PL 6.565/2013) que tramita na Câmara dos

Deputados desde outubro.

Outro dispositivo vetado foi um artigo do projeto que deu origem à regulamentação da profissão de vaqueiro. Aprovado em setembro, o PLC 83/2011 define como atividades do vaqueiro alimentar os animais, fazer a ordenha, treinar e preparar o gado para eventos culturais e socioesportivos, sob orientação de veterinários e técnicos. O artigo vetado previa a contratação de seguro de vida e de acidentes de trabalho. No veto, Dilma alegou que a obrigatoriedade do seguro não leva em conta a realidade econômica do setor, em especial dos pequenos produtores. A mudança, segundo o Executivo, poderia levar à redução nas contratações.

Ao defender a manutenção do veto de Dilma, Lídice da Mata (PSB-BA) esclareceu que o projeto de regulamentação da profissão de vaqueiro não previa o dispositivo que a presidente vetou “corretamente”.

— Gostaria de solicitar à bancada da Bahia e a todo o Congresso que mantenham o veto porque isso corresponde à posição dos autores e não ameaça a regulamentação da profissão — destacou.

Novos critérios

Desde agosto, as deliberações parlamentares têm sido feitas com base nos novos critérios para análise de vetos presidenciais. O Legislativo passa a cumprir o prazo constitucional de 30 dias, a partir da publicação, para votá-los.

Caso isso não ocorra, a pauta do Congresso fica obstruída. Para um veto ser rejeitado, é preciso maioria absoluta tanto na Câmara (257 votos) quanto no Senado (41 votos). A votação é secreta, feita por meio de cédula. Os senadores têm três urnas para depositarem seus votos e os deputados, outras 10 urnas.

Conforme as novas regras, os vetos devem ser analisados em sessões do Congresso convocadas para a terceira terça-feira de cada mês. Caso a reunião não ocorra, é convocada outra sessão conjunta para a terça-feira seguinte, com o mesmo objetivo. Se o veto for derrubado, o presidente do Congresso comunica o fato ao Executivo para posterior promulgação e publicação da lei.



No Plenário da Câmara, senadores e deputados votam seis vetos presidenciais a projetos aprovados pelo Congresso

Aprovado projeto que regula atividades de inteligência

O Congresso Nacional aprovou ontem o PRN 2/2008, que trata das finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI).

Essa é uma comissão permanente do Congresso Nacional que tem seis titulares, sendo três senadores e três deputados — os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como os presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional das duas Casas legislativas.

Anulação da sessão que destituiu Jango fica para esta noite

O Congresso Nacional adiou para hoje a votação de projeto de resolução que anula a sessão de 1964 em que foi declarada vaga a Presidência da República, então ocupada por João Goulart (1919-1976). O ato ocorreu na madrugada de 1º para 2 de abril, durante viagem de Jango ao Rio Grande do Sul, e permitiu a instalação do regime militar.

A votação ocorreria ontem, mas, devido a um pedido do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) de verificação de quórum, os líderes concordaram em fazer a votação na noite de hoje.

Debate sobre prisões avançou pelo efeito do mensalão, diz ministro

O início da execução das penas dos condenados na Ação Penal 470, o processo do mensalão, vem rendendo discussões públicas sobre aspectos legais a respeito do cumprimento das sentenças e deficiências no sistema carcerário, como a falta de vagas. O presidente da comissão responsável pela reforma da Lei de Execução Penal, ministro Sidnei Beneti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), disse ontem que os problemas são antigos e apenas ganharam maior repercussão.

— Do ponto de vista meramente jurídico, até que é bom para todo o sistema que se debruce sobre isso e deixe muito claro o que se tem que fazer — avaliou.

O ministro falou ao fim de mais uma reunião da comissão, que deve encerrar seus trabalhos no início de dezembro. Segundo ele, há a necessidade de enfrentar questões aparentemente

pequenas, mas que causam “grandes distorções”. Como exemplo, citou a imprecisão sobre quando termina a atuação do juiz da condenação e começa a atuação do juiz da execução penal.

Para resolver esse problema, ele disse que uma das alternativas em exame é deixar clara a previsão para que o próprio juiz da condenação determine onde o preso seja apresentado ao juízo da execução. Outra solução seria atribuir a esse mesmo juiz a tarefa de indicar

na sentença o estabelecimento prisional onde o condenado deverá cumprir a pena.

A execução das penas dos condenados da Ação 470 havia sido comentada na reunião pelo promotor Augusto Rossini, que integra a comissão e atualmente dirige o Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Ele classificou como “fato histórico” o cumprimento de mandatos de prisão contra deputados e ex-ministro, no caso o ex-titular da Casa Civil, José Dirceu, entre outros

condenados com projeção na vida política e social.

Direitos de preso

Logo no início da reunião, a relatora da comissão, Maria Tereza Uille Gomes, que é secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, apresentou um resumo das novas deliberações, formalizando decisões aprovadas em reunião fechada no dia anterior. Uma das medidas foi transferir para o juízo de execução competente decisões a respeito da suspensão de direitos de preso que hoje são tomadas pelos diretores dos presídios.

Quanto à progressão de regime, a intenção é manter a regra atual de não diferenciar primários e reincidentes para acesso ao benefício. A relatora lembra que a diferenciação já é levada em conta no momento da fixação da pena, em que a reincidência já é tida como agravante da punição.



Maria Tereza e Sidnei Beneti coordenam a reunião da comissão de juristas

Senado aprova alterações em funções do Dnit

O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC 82/2013), que altera a estrutura de cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Segundo o governo, o projeto fortalece a estrutura organizacional do Dnit, o que contribuiria para o bom desempenho das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sob a responsabilidade daquele órgão.

O projeto cria 518 funções comissionadas e 11 funções gratificadas no Dnit. Ao mesmo tempo, extingue 441 funções comissionadas técnicas, 109 cargos de direção e assessoramento superior (DAS) e 84 funções gratificadas. O texto vai à sanção.